

***A Descolonização Epistemológica na Prática:  
Pensamento de outros modos com as comunidades negras da Colômbia***

Victor de Jesus Barbosa (Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo)

Luiza Duarte Bissoli (Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo)

## **INTRODUÇÃO**

O passado colonial é um dos fatos históricos que unem África e Brasil, uma colonização que marca ambos os países, e que não se deu apenas nos campos econômico, cultural e social, mas também no intelectual e epistemológico. Surge, dessa forma, a necessidade de rever teorias e análises feitas sobre/nesses países.

É nesse cenário que se encontra Arturo Escobar [antropólogo colombiano], e sua perspectiva de programa modernidade/colonialidade, uma perspectiva nova, emergente, coesiva e latina americana de pensar a discursividade das ciências modernas, sobretudo as Ciências Humanas e Sociais. Soma-se a isso a experiência do autor em lidar com as comunidades negras da Colômbia, que têm conseguido reivindicar direitos e demandas locais.

O presente artigo busca mostrar como Arturo Escobar consegue, a partir da experiência com as comunidades negras da Colômbia, tornar um conceito [o de descolonização epistemológica] prática, ensino e pesquisa. Na primeira parte, busca-se apreender os pontos relevantes da descolonização epistemológica de Arturo Escobar. Depois é ressaltada a experiência do autor com as comunidades negras da Colômbia. E, por último, são expostas as considerações finais, quando são discutidos o ensino, a pesquisa e a prática, a partir desse contexto.

### **1. A DESCOLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DE ARTURO ESCOBAR**

Arturo Escobar (2003) se encaixa na corrente das propostas contra-modernistas, de crítica à epistemologia da Ilustração [“Iluminista”], dito de outro modo, de crítica ao espaço de produção do conhecimento eurocêntrico. O autor, a partir da desconstrução e do pós-estruturalismo, questiona todo o sistema de linguagem, práticas e significados de matriz europeia. Assim, o sistema de classificação, nomeação e adjetivação que conduz a

discursos e práticas institucionais e subjetivas de neocolonização do pensamento se constituem como foco de atenção do autor, que reclama a revisão de objetos, conceitos, teorias e estratégias de compreensão da realidade (BOTERO, 2010).

Essa perspectiva de Arturo Escobar (2003) é formada pelo “pensamento de fronteiras” e pelas “epistemologias de fronteira”, resultando naquilo que denomina como “programa de investigação de modernidade/colonialidade” (MC), cuja abordagem é a visão de múltiplos ângulos de uma realidade, algo que vai contra os mono-paradigmas (BOTERO, 2010).

Uma das propostas do programa e do autor é a descolonização epistemológica, que passa pela contramodernista lógica da alterização (ESCOBAR, 2003). Isso fica claro quando o autor (ESCOBAR, 1998, p. 76; 2003, p. 61, tradução nossa) questiona:

O mundo pode ser redefinido e reconstruído a partir da perspectiva de cultura múltipla e práticas ecológicas que continuam a existir nessas muitas comunidades? Isso é acima de tudo uma questão política, mas que acarreta sérias considerações epistemológicas, culturais e ecológicas. [É necessário considerar a] “[...] a força epistemológica das histórias locais e de pensar teoria desde a práxis política dos grupos subalternos.

A desconstrução das ordens impostas, a contra-narrativa, a investigação da ação social, o trabalho etnográfico na escala micro, o anúncio das vozes de atores políticos em emergências discursivas, o estudo da vida cotidiana, dos imaginários populares, dos discursos da política pública, das epistemologias políticas, as experiências “contra-políticas”, as considerações das questões de gêneros, sem naturalizações ou essencializações, as etnografias locais e a historicidade como métodos privilegiados, e a consideração dos movimentos sociais, são alguns dos aportes metodológicos e epistemológicos fornecidos por Escobar (BOTERO, 2010), e que caracterizam essa descolonização epistemológica proposta.

Assumir a descolonização epistemológica, enquanto método e epistemologia, reside na pluralização da modernidade e contemplação das “modernidades alternativas” [locais, não-ocidentais, regionais]; e no método etnográfico, como método privilegiado para estudar as comunidades nesse contexto de modernidade múltipla, de estudo e compreensão das práticas dominantes e não dominantes, sem ter a Europa como padrão e sinônimo de correto e ideal (ESCOBAR, 1998; 2003). Além disso, é necessário romper com a dicotomização e hierarquização da realidade, contemplar elementos humanos e não humanos dessa realidade, e pensar numa outra cosmologia (BOTERO, 2010).

A consequência disso, segundo Botero (2010, p. 169, tradução nossa) é que

A emergência de conhecimentos, redes, identidades, espaços e lugares de ação nas políticas culturais, recria um tipo de pensamento latino-americano que busca ressaltar outras maneiras de configurar conhecimento, diferente da visão eurocêntrica de ciência moderna.

Outro ponto que merece destaque é a consideração dos movimentos sociais enquanto voz, como “[...] estratégia política de defesa do território, cultura e identidade ligados a determinados lugares e territórios.” (ESCOBAR, 1998, p. 60). Nesse contexto de descolonização epistemológica, os movimentos sociais ganham notoriedade, pois

[...] A construção de paradigmas alternativos de produção, ordens políticas e sustentabilidade são lados do mesmo processo, e este processo está avançado, em parte, através das políticas culturais dos movimentos sociais e comunidades na defesa de seus modos de natureza / cultura. O projeto dos movimentos sociais, portanto, constitui uma expressão concreta da busca de produção alternativa e ordens ambientais visionado pelos ecologistas políticos. (ESCOBAR, 1998, p. 74-75, tradução nossa).

## **2. LIÇÕES DAS COMUNIDADES NEGRAS DA COLÔMBIA**

A noção de descolonização epistemológica junto à crítica eurocêntrica [leia-se crítica ao método e episteme europeu e norte-americano] abrem espaço para pensar a construção do conhecimento, a partir das experiências locais marginalizadas, como, por exemplo, a população das comunidades ribeirinhas negras nas selvas do Pacífico Colombiano. Estas comunidades, que juntas formam um movimento com mais de 140 organizações locais, são conhecidas como Processo de Comunidades Negras (PCN), e de acordo com Escobar (1999, p. 17, tradução nossa),

O PCN coloca ênfase no controle social do território como condição prévia para a sobrevivência e o fortalecimento da cultura e da biodiversidade. Nas comunidades ribeirinhas, os ativistas e as comunidades trabalharam juntos para entender o significado da nova constituição e elaborar conceitos de território, desenvolvimento, práticas de produção tradicionais e uso dos recursos naturais. Esse processo concluiu a redação de um projeto de lei sobre direitos culturais e territoriais prevista pela constituição de 1991 (Lei 70, aprovada em 1993), [...].

Essa organização política dos atores sociais tem resultado em ações favoráveis às comunidades negras na Colômbia, que articulam as comunidades, o Estado, as ONGs e o setor acadêmico, resultando em comunidades sustentáveis, no que diz respeito à natureza, à economia e às relações sociais, e facilitando o enfrentamento dos empresários nacionais e

internacionais que possuem interesses em seus territórios e recursos naturais (ESCOBAR, 1999). Outro resultado desse ganho de poder político foi a elaboração de uma declaração feita na 3ª Conferência Nacional das Comunidades Negras, em 1993, para os negros do Pacífico, cujos princípios são: reafirmação da identidade; direito a território; autonomia econômica e social; e, desenvolvimento da cultura negra, além da solidariedade com os negros do restante do mundo (ESCOBAR, 1998).

Além de se apropriarem das leis existentes e lutarem por novas leis, as comunidades negras e os ativistas foram responsáveis pela definição de “biodiversidade” [como território mais cultura], além da noção de “região-território de grupos étnicos” [uma categoria de relações interétnicas que relaciona alternativa de vida e modelos de sociedade, sendo mais que um conceito, se tornando um projeto político e de vida, com consequente consideração das dimensões culturais, econômicas e ecológicas] (ESCOBAR, 1998 p. 70-71). A luta dura e frustrante por autonomia e autodeterminação por cultura e por território, mas positiva e crítica das comunidades negras da Colômbia, abre espaço para a revisão das categorias analíticas e da própria cultura euro-norte americana, como diz Escobar (1999, p. 19, tradução nossa):

Segundo esta, os povos indígenas e os agricultores só podem materializar a riqueza de seus recursos através da biotecnologia, do mercado e da propriedade intelectual; mas para muitas sociedades indígenas e campesinas, os genes e os direitos de propriedade intelectual são categorias ou conceitos que não têm sentido. As categorias localmente significativas, incluindo o parentesco, a reciprocidade, os bens em comum e formas não mercantilizadas de compensação não se traduzem com facilidade aos conceitos ocidentais de genes, pessoas e propriedade individual.

Um parêntese acerca disso, como ressalta Escobar (1999), é que essa propriedade intelectual é um fato problemático quando envolve a patente sobre seres vivos para compensar a utilização dessa biodiversidade com fins econômicos. Esse processo pode prejudicar comunidades tradicionais e indígenas quando estas perdem seus direitos sobre a utilização de suas próprias plantas e conhecimentos, que fora apropriado e legitimado por uma linguagem científica. Para o autor e também para muitos movimentos sociais como o PCN, a natureza não pode ser definida por uma visão reducionista, ligada a projetos de desenvolvimento do capital e do consumo padronizado, pelo contrário, a proposta é justamente dar valor ao diverso e defender os direitos coletivos.

Esses movimentos sociais mostram como é possível organizar a vida, o trabalho, a natureza e a cultura fora dos conceitos fechados emanados por uma cultura padronizada e uma economia exploratória (ESCOBAR, 1999). Por isso,

[...] o que é mais importante desses modelos do ponto de vista do lugar, é que se pode afirmar que constituem um conjunto de significados-uso que, ainda existem em contextos de poder que incluem mais e mais as forças transnacionais, não podem ser reduzidos às construções modernas, nem ser explicados sem alguma referência a um enraizamento, limites e a cultura local. Os modelos de cultura e conhecimento se baseiam em processos históricos, lingüísticos e culturais, que, ainda que nunca estejam fora das histórias mais amplas, sem dúvidas mantêm certa especificidade do lugar.(ESCOBAR, 2000, p. 124, tradução nossa).

Assim, “[...] locais marginais, como as comunidades locais e os movimentos sociais, têm se tornado como centros emergentes de inovação e mundos alternativos.” (ESCOBAR, 1999, p. 20, tradução nossa). Nesse sentido, as comunidades negras do Pacífico são exemplos desses mundos alternativos, como verifica Escobar, para quem tais comunidades e movimentos são

[...] construções de mundos figurados relativamente estáveis desde as comunidades em articulações políticas auto e co-geridas, nas quais, só politizando a diferença, desde o reconhecimento das etnias e dos direitos sociais, civis, políticas e culturais, das identidades coletivas veiculam a construção de um novo sujeito político. (BOTERO, 2010, p. 164, tradução nossa).

O próprio Escobar (1998, p. 69) sintetiza o movimento negro e sua relevância, quando pontua que

Neste contexto, os ativistas PCN desenvolveram uma estrutura ecológica política, que incorpora conceitos de território, a biodiversidade, corredores de vida, economias locais e governabilidade territorial e de desenvolvimento alternativo. Eles têm progressivamente articulado este quadro em sua interação com a comunidade, Estado, ONGs e setores acadêmicos. [...], o território é visto como um espaço fundamental e multidimensional para a criação e recriação das práticas ecológicas, econômicas e culturais das comunidades. [...] No passado, as comunidades mantiveram relativa autonomia e formas de conhecimento e modos de vida favorável para certos usos de recursos naturais. Esta relação entre significados e práticas, e as relações sociais em que estão inseridos, está sendo transformado hoje pelo ataque desenvolvimentist[...]. Confrontado com as pressões nacionais e internacionais sobre os recursos naturais e genéticos da região, as comunidades negras organizadas se preparam para uma luta desigual e estratégica para manter o controle sobre o único espaço restante territorial no continente Colômbia sobre as quais eles ainda exercem uma significativa influência cultural e social.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exemplo das comunidades negras da Colômbia nos ajuda a pensar outros modos de pensar, agir e viver, com práticas alternativas, lutas coletivas pelos seus direitos, e organização política articulada com o Governo, ONGs e Setor acadêmico. E mais, o PCN, bem como outros grupos, ressignificam conceitos acadêmicos/legais, dando o seu próprio sentido a eles, como os conceitos de “biodiversidade” e “região-território de grupos étnicos”, e pautam suas relações e condutas por outros valores, que não os mercantis . Ou seja, estamos falando de uma Universidade e de uma Ciência que são permeáveis às comunidades. A partir dessa concepção surgem espaços para pensar o mundo a partir dos “subalternos”, dispostos em não-locais, que culmina numa pluralidade de histórias sobre a África e Brasil e questionamentos das versões hegemônicas, ensinadas na escola desde sempre.

Daí resulta a necessidade de pontes entre o Brasil e a África, mas, também, entre América Latina, África, Oceania e Ásia. Num momento em que os considerados grandes centros [EUA e Europa] se encontram em crise [financeira, social, política] se reafirma a necessidade de ouvir e aprender com os países fora desses eixos, pois outras práticas são possíveis e outros modos e conhecimentos se fazem necessários.

Pela primeira vez temos uma Miss Universo Negra, Barack Obama [um negro] é eleito presidente na maior potência econômica do Mundo [pelos menos é esse o rótulo que os EUA ostentam], e Usain Bolt [um corredor negro] é aclamado mundialmente. No Brasil, leis de cotas raciais são aprovadas e é institucionalizada a obrigatoriedade do ensino da história da África e Cultura Afro-brasileira nos currículos de todas as escolas do país. Porém, ainda convivemos com o preconceito racial, com a velha associação do negro com o bandido [os policiais matam mais negros do que brancos, disparadamente]. Aliás, no próprio vocabulário nacional, as palavras e expressões referem-se ao negro pejorativamente, tal como “denegrir”, “lista negra”, “a coisa ficou preta”, “mercado negro”, “caixa-preta”, “lista negra”, “humor negro”, “magia negra”, “ovelha negra”, “asa negra”, e tantos outros, que se opõem ao mito da democracia racial.

Nesse novo cenário, se inserem o ensino, a pesquisa e a prática descolonizados. Ensino, pesquisa e prática que não comportam o conservadorismo, que não falam uma única voz, mas que são, em seu seio, revolucionários, plurais, transformadores sociais.

Ensino, pesquisa e prática que dialogam, que se somam, que se reciclam, ensejando novas metodologias e epistemologias. Que tratam inclusive de temas amplos, dos direitos difusos.

Um ensino que transmita a história na sua pluralidade, que contemple também a história dos negros e do próprio continente Africano, e dos atores silenciados. Ensino este que não fique no velho lecionar da história pelo ponto de vista dos “vencedores” [leia-se colonizadores], que ultrapasse a dominação explicativa do mundo e dos fatos pela versão/tradição europeia, não negá-la, porque é também de suma importância, mas que se some às experiências quilombolas, dos negros de vários grupos étnicos da África [que aqui aportaram], dos indígenas e demais grupos omitidos do direito de falarem de si. Ensino que não estabelece o certo ou errado, moral e imoral, e outras dicotomias traçadas pelo evolucionismo europeu.

Uma pesquisa que explore a história e cultura negra [e dos demais excluídos de uma história], que seja um veículo de informação da riqueza de seus sentidos, símbolos e saberes, e também meio de denúncia das injustiças e desigualdades sofridas no passado e no presente. Pesquisa esta que contemple técnicas e métodos que sejam permeáveis à pluralidade, às diversas narrativas, que passem pela lógica da alteridade, que contemplem o método etnográfico, a vivência.

Uma prática que caminhe com a luta, com o movimento social, que dê visibilidade aos grupos e às suas demandas, e que faça valer seus direitos, uma prática que de fato seja transformadora, e traga a emancipação para aqueles que não são ouvidos, muitas vezes vítimas de um sistema excludente e homogeneizante.

Se, até o momento presente, tais países eram apenas objetos mal encaixados na teoria europeia, ou utilizados para estabelecer linhas evolutivas, ou ainda meros replicadores das teorias e modelos da Europa e estados-unidos. Agora, os não-lugares que se tornam lugares, o silêncio que se torna voz, a hegemonia que cede lugar à contra-hegemonia, a homogeneidade que cede lugar à diversidade/pluralidade podem ser a chave para um saber de outros modos e maneiras, tanto prático, quanto teórico.

Portanto, a descolonização epistemológica é um caminho necessário para refletir sobre o pensamento e a linguagem, para que não nos habituemos com o descaso social, histórico, político e econômico como são tratados os negros [e outros grupos marginalizados]. Trilha esta que passa pela revisão crítica do papel social da Universidade e da Ciência, e, conseqüentemente, pelos modelos método-epistemológicos de uma ciência que não é de todo imparcial e isenta de valores, ideologias e preconceitos, mas que vigora

sob a égide do saber científico puro, neutro e inquestionável. Por isso, ansiamos por uma nova prática sociológica, associada a um novo fazer antropológico, que resulte em um novo agir político, porque acreditamos que outros modos são possíveis, que um novo humanismo é preciso, que apague o rastro de eugenia e teoria evolutiva racial, social, comportamental, econômica e cultural que ainda persiste em nós.

### **Referências:**

- BOTERO, Patricia. Arturo Escobar y sus fuentes críticas en la construcción de pensamiento latinoamericano. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, v. 8, n. 1, p. 151-173, Jan., 2010 .
- ESCOBAR, Arturo. Whose Knowledge, Whose nature? Biodiversity, Conservation, and the Political Ecology of Social Movements. *Journal of Political Ecology*, v.5, p. 53-82, 1998.
- \_\_\_\_\_. Comunidades Negras de Colombia: en defensa de biodiversidad, territorio y cultura. *Biodiversidad*, n. 22, p. 15-20, Dic. 1999.
- \_\_\_\_\_. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In: LANDER, E. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 113-143.
- \_\_\_\_\_. Mundos y conocimientos de otro modo - El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Revista Tabula Rasa*, Bogotá, n.1, p. 51-86, ene./dic., 2003.
- \_\_\_\_\_. Brief Introduction. Disponível em: < <http://www.unc.edu/~aescobar/>>. Acesso em: 28 abr. 2012.